

**AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 566.956 - BA
(2014/0211689-7)**

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
AGRAVANTE : MARCOS ANTÔNIO DOS SANTOS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de agravo regimental interposto por MARCOS ANTÔNIO DOS SANTOS contra decisão proferida pelo Ministro Ericson Marinho que negou provimento ao recurso especial.

Consta nos autos que o agravante, juntamente com outros corréus, foi denunciado pela prática do crime previsto nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006, em virtude da apreensão de **105,85kg (cento e cinco quilos e 85 decigramas) de maconha**.

A sentença o absolveu das imputações (e-STJ fls. 233/239).

Irresignado o Ministério Público estadual interpôs recurso de apelação, o qual foi parcialmente provido para condenar o ora recorrente, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, à pena de 7 anos e 11 meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado. Esta é a ementa do acórdão (e-STJ fls. 394/396):

APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. ELEVADA QUANTIDADE DE ENTORPECENTES APREENDIDA. SENTENÇA QUE ABSOLVEU DOIS DOS TRÊS RÉUS/ACUSADOS POR ENTENDER QUE HOUVE FLAGRANTE FORJADO. CIRCUNSTÂNCIA NÃO CONSTATADA. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE DO PROCEDIMENTO POLICIAL. EXISTÊNCIA SUFICIENTE DE INDÍCIOS DE AUTORIA DELITIVA E PROVA DA MATERIALIDADE EM RELAÇÃO AOS DEMAIS RECORRIDOS. DEPOIMENTOS TESTEMUNHAIS UNÍSSONOS E CONVERGENTES. ADMISSIBILIDADE DOS DEPOIMENTOS PRESTADOS POR AGENTES POLICIAIS. PRECEDENTES. PRÁTICA DO DELITO DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO NÃO COMPROVADA EM RELAÇÃO AOS RÉUS/ACUSADOS. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. NECESSIDADE DE EXASPERAÇÃO DA PENA DO PRIMEIRO RÉU. APELO PARCIALMENTE PROVIDO PARA CONDENAR OS DEMAIS RÉUS PELA PRÁTICA DO DELITO PREVISTO NO ART. 33 DA LEI 11.343/06 – TRÁFICO DE DROGAS. PODER JUDICIÁRIO

DO ESTADO DA BAHIA TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- 1. *Da existência de provas nos autos para condenar os 3 (três) acusados pela prática do delito de tráfico de drogas.*

- *Após examinar atentamente o acervo fático-probatório acostado aos autos é possível constatar que, apesar de subsistirem incongruências superficiais nas declarações prestadas pela acusação – no caso Agentes Policiais – tais circunstâncias não autorizam concluir que houve flagrante preparado, como se interpretou na sentença ora recorrida.*

- *São pacíficos os entendimentos jurisprudenciais no sentido de que os depoimentos de Agentes Policiais se revestem de inquestionável eficácia probatória, por serem estes responsáveis, por dever de ofício, pela repressão penal.*

- *A leitura dos interrogatórios judiciais dos acusados não autoriza a conclusão firmada na sentença ora recorrida – de que houve flagrante preparado pelos Agentes Policiais – uma vez que apesar de os acusados terem ressaltado algumas breves contradições nas declarações apresentadas pelos mesmos, não indicaram de forma clara a possibilidade de a referida situação ter sido forjada, como interpretou o magistrado a quo.*

- *Assim, merece ser reformada a sentença ora recorrida para fins de condenar Claudemir Miguel dos Santos e Marcos Antonio dos Santos pela prática do delito de tráfico de drogas, nos termos previstos no art. 33 da Lei 11.343/06.*

- 2. *Da inexistência de provas para a condenação dos acusados pela prática do delito de associação para o tráfico. - Em relação ao delito previsto no art. 35 da Lei 11.343/06 - associação para o tráfico – apesar de existirem suspeitas nos autos da prática do referido delito, os elementos de prova não permitem aferir – com a devida certeza – a prática do crime, uma vez que não restou provada a existência de estabilidade e permanência para fins de praticar os delitos previstos na Lei 11.343/06.*

- *Em relação ao tema, o Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento jurisprudencial no sentido de que para a configuração do crime de associação para o tráfico é necessário que seja devidamente demonstrada a existência de estabilidade e permanência para a prática dos delitos previstos nos arts. 33 e 34 da Lei 11.343/06.*

- *Assim, apesar de existirem provas suficientes para ensejar a condenação dos recorridos pelos delitos no art. 33 da Lei 11.343/06 – tráfico de drogas - não existem para a condenação no crime do art. 35 - associação para o tráfico - haja vista que as principais provas consistem em declarações dos Agentes Policiais responsáveis pela prisão dos acusados, sendo que os referidos Agentes se limitaram a afirmar, de forma genérica, que “receberam informações” de que os réus estariam praticando outros delitos de igual natureza.*

- *Incide, portanto, o princípio constitucional da presunção de inocência, o que enseja a absolvição dos réus pela prática do delito contido no art. 35 da Lei 11.343/06.*

- Recurso de apelação parcialmente provido para condenar os réus Claudemir Miguel dos Santos e Marcos Antonio dos Santos pela prática do delito previsto no art. 33 da Lei 11.343/06 - tráfico de drogas.

Daí o recurso especial (e-STJ fls. 417/423), interposto com base na alínea "a" do permissivo constitucional, no qual se alega violação aos arts. 386, VII, do Código de Processo Penal, 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 e 44 do Código Penal, alegando, em síntese, que a autoria delitiva não ficou comprovada e que o ora recorrente faz jus à aplicação da minorante do tráfico privilegiado em percentual máximo e também a regime menos gravoso para o cumprimento de pena.

Inadmitido o apelo extremo, os autos chegaram a esta Corte por meio de agravo.

O Ministério Público Federal, em parecer às e-STJ fls. 254/258, opinou pelo provimento do regimental para que se reconsidere a decisão agravada e pelo desprovimento do agravo em recurso especial.

Ao recurso especial foi negado provimento em virtude da aplicação da Súmula n. 7/STJ quanto à análise da condenação e da manutenção do afastamento da benesse do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 e do regime inicial fechado (e-STJ fl. 480/483).

Neste regimental, insurge-se a Defensoria Pública da União, inicialmente, contra a impossibilidade de sustentação oral em agravo regimental. Ademais, afirma que a análise acerca da autoria delitiva não atrai o reexame, mas a reavaliação do material probatório dos autos, e reafirma que a condenação se deu com base em indícios. Outrossim, sustenta que a fundamentação utilizada para elevar a pena-base é inidônea, pois não desborda do tipo, além de que a utilização da quantidade/natureza da droga, na primeira e na terceira fases implica indevido *bis in idem*. E, quanto à minorante do art. 33, § 4º, alega que, sendo o recorrente primário e de bons antecedentes, a quantidade de droga, por si só, não seria idônea a afastar a benesse. Ainda, aduz que a redução da pena atrai a fixação de regime mais brando, bem como a substituição da reprimenda, uma vez que foram preenchidos os requisitos subjetivos.

Requer, assim, a reconsideração da decisão agravada ou que o presente recurso seja levado para apreciação da Turma competente.

É o relatório. Decido.

Reconsidero a decisão agravada. Cumpridos os requisitos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

O inconformismo não merece prosperar, contudo.

Acerca da condenação, assim decidiu a Corte regional (e-STJ fls. 396/39):

1. Da existência de provas nos autos para condenar os 3 (três) acusados pela prática do delito de tráfico de drogas.

Após examinar atentamente o acervo fático-probatório acostado aos autos é possível constatar que, apesar de subsistirem incongruências superficiais nas declarações prestadas pela acusação - no caso Agentes Policiais - tais circunstâncias não autorizam concluir que houve flagrante preparado, como se interpretou na sentença ora recorrida.

E a referida conclusão é baseada em inúmeras circunstâncias.

A primeira é que todos os Agentes Policiais foram uníssonos em afirmar que de fato os demais réus - Claudemir e Marcos Antonio - foram presos em flagrante delito na posse de substância entorpecente - maconha - e que já tinham conhecimento de que Claudemir era acusado de praticar tráfico de drogas na localidade.

No depoimento de fl. 86-87 dos autos - o Agente Policial Dehon Márcio Mendes e Silva ressaltou que já conhecia o acusado Claudemir por suspeita de praticar tráfico de drogas, e que um informante teria dito que já adquiriu entorpecentes com o acusado:

(...) às perguntas do representante do Ministério Público respondeu que: também conhecia o acusado Claudemir, por suspeita em envolvimento com tráfico de drogas, na maioria das vezes maconha; que a polícia de Casa Nova vinha monitorando Claudemir/Bibi, fazendo parte da equipe; que um informante passou informações do envolvimento de Claudemir/Bibi com o tráfico de drogas; que o informante Cleidimar passou a informação que já tinha adquirido droga, maconha com Bibi e que estava disposto a fazer nova negociação com o mesmo (...)

[...]

(...) até que Cleidimar ligou avisando que Bibi iria passar a maconha naquele exato momento no Distrito de Carnaíba do Sertão; que apenas na hora, foi quando solicitaram a presença de mais policiais na delegacia de Juazeiro, formando três equipes; que pelos indícios e circunstâncias da prisão acredita no envolvimento de Bibi no tráfico da maconha apreendida (...) (Grifos Acrescidos)

As referidas declarações foram confirmadas no depoimento de fl. 89-90 dos autos - onde o Agente Policial Carlos Roberto de Souza afirmou expressamente que o réu Claudemir é pessoa conhecida por envolvimento com o tráfico de substâncias entorpecentes, e que já vinha monitorando o mesmo:

(...) o acusado Claudemir é uma pessoa conhecida por envolvimento com tráfico de drogas, maioria das vezes maconha: que inclusive certa vez Claudemir conseguiu evadir: que principalmente o depoente vem monitorando o acusado Claudemir: que um informante passou informações do envolvimento de Claudemir com o tráfico de drogas: (...)

[...]

(...) que na hora que se aproximaram os três acusados estavam dividindo a maconha em dois carros, inclusive no carro gol, de Cleidimar (...)

[...]

(...) que sabe informar é que Bibi, Claudemir inclusive é citado por dois outros presos de Casa Nova por tráfico de drogas, mencionando que a plantação de maconha de Casa Nova também pertencia a Bibi (...) (Grifos Acrescidos)

Por sua vez, o Delegado de Polícia Civil Nélio Ferreira Neves - no depoimento de fl. 95 dos autos. - também incriminou os dois acusados que foram absolvidos:

(...) que fizeram uma abordagem no veículo e havia vestígios de droga e odor de maconha; que encontraram dentro do veículo uma balança de precisão; que o carro estava sendo conduzido pelo acusado Claudemir e no interior também se encontrava o acusado Marcos (...)

[...]

(...) que foi passado para o depoente que as investigações já duravam algum tempo de que o acusado Claudemir era um comerciante e suspeito de tráfico de drogas na cidade de Casa Nova (...) (Grifos Acrescidos)

No depoimento de fl. 97 o Agente de Polícia Civil Antonio Tadeu de Almeida Quezado também incriminou os acusados absolvidos, e afirmou expressamente que já tinha conhecimento que Claudemir era traficante.

Não se deve perder de vista que são pacíficos os entendimentos jurisprudenciais no sentido de que os depoimentos de Agentes Policiais se revestem de inquestionável eficácia probatória, por serem estes responsáveis, por dever de ofício, pela repressão penal:

[...]

Cumpre ressaltar ainda que os Apelados não apresentaram nenhuma prova concreta que retire a veracidade das informações apresentadas pelos Policiais em questão, como prevê o art. 156 do Código de Processo Penal, fato que reforça ainda mais a improcedência da alegação de que houve flagrante forjado:

Art. 156. A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz de ofício: (Redação dada pela Lei nº 11.690, de 2008) (Grifos Acrescidos)

Assim, havendo certa convergência entre os depoimentos prestados por diversos Agentes Policiais, não há que se falar na ausência de indícios de autoria no presente caso.

Vale frisar que os indícios de autoria em relação ao Recorrente Claudemir são tão robustos que inclusive uma das testemunhas de defesa - Clenilton Ribeiro de Castro, à fl. 99 dos autos, afirmou ter conhecimento de que o acusado Claudemir já havia sido preso anteriormente sob a acusação de tráfico de drogas, e que o acusado trabalhava com agricultura.

Ademais a leitura dos interrogatórios judiciais dos acusados não autoriza a conclusão firmada na sentença ora recorrida - de que houve flagrante preparado pelos Agentes Policiais - uma vez que apesar de os acusados terem ressaltado algumas breves contradições nas declarações apresentadas pelos mesmos, não indicaram de forma clara a possibilidade de a referida situação ter sido forjada, como interpretou o magistrado a quo.

Por sua vez, as declarações do interrogado Gilmar - inocentando os corréus Claudemir e Marcos Antonio - não podem ser levadas em consideração também pelo fato de os três possuírem laços de consaguinidade - sendo primos - motivo que reforça ainda mais a convicção de que Gilmar poderia proteger os referidos réus, inocentando os mesmos das acusações apresentadas.

Percebe-se ainda que o próprio acusado Marcos Antonio confirmou a participação do Delegado de Polícia Nélcio em sua prisão - sendo este o mesmo que formulou as acusações contra os mesmos - fato que reforça ainda mais a tese de acusação. A participação do Delegado Nélcio na prisão também foi confirmada pelo réu Claudemir.

Também não se afigura verídica a tese de que os acusados Claudemir e Marcos Antonio seriam meros "agricultores", ou que plantariam apenas cebola, tomate e melão, uma vez que a maconha foi encontrada enterrada no solo, embaixo das referidas plantações, como demonstra o depoimento da testemunha de acusação e Delegado de Polícia Nélcio Ferreira Neves - às fls. 95-96 dos autos.

O próprio apelado Gilmar Batista Angelim ressaltou no depoimento de fls. 10-11, prestado perante a Autoridade Policial, que não conhecia ninguém que plantasse cebola em Carnaíba do Sertão - local em que os réus foram presos.

Assim, não há que se falar na existência de flagrante preparado - uma vez que não existe nenhuma prova de que a situação que ensejou a prisão dos acusados tenha sido criada pelos Agentes Policiais, como se exige para reconhecer a existência do flagrante preparado.

[...]

Assim, percebe-se que a prisão em flagrante dos acusados se assemelha ao flagrante esperado, no qual não há nulidade, [...]:

[...]

Os indícios de autoria também se encontram presentes em relação ao réu Marcos Antonio dos Santos uma vez que o mesmo foi preso em flagrante delito na companhia do acusado Claudemir Miguel dos Santos, conforme faz prova o documento de fl. 06 e seguintes dos autos.

Assim, o fato de transportarem e terem em depósito substância entorpecente - maconha - configura o delito previsto no art. 33 da Lei 11.343/06:

[...]

A natureza da substância apreendida foi confirmada no Laudo Pericial de fl. 136 dos autos, o qual confirmou que de fato a substância apreendida em poder dos recorridos consiste em tetrahydrocannabinol (THC), o qual se encontra relacionado como de uso proscrito na Lista F-2 da Portaria 344/98 da Secretaria de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde.

Portanto, havendo prova da materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria em relação aos 3 (três) acusados, devem os demais réus serem condenados pela prática do delito de tráfico de drogas, como ora requer o Ministério Público (grifei).

Verifico do exame do excerto em tela que os fundamentos em destaque, suficientes à manutenção do acórdão recorrido, não foram impugnados, de forma específica, nas razões recursais, sendo forçoso o reconhecimento do óbice da Súmula n. 283/STF ao caso.

Nesse sentido:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 370, § 1º, DO CPP. (I) - ACÓRDÃO ASSENTADO EM MAIS DE UM FUNDAMENTO SUFICIENTE. RECURSO QUE NÃO ABRANGE TODOS ELES. SÚMULA 283/STF. (II) - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Verificando-se que o v. acórdão recorrido assentou seu entendimento em mais de um fundamento suficiente para manter o julgado, enquanto o recurso especial não abrangeu todos eles, aplica-se, na espécie, o enunciado 283 da Súmula do STF.

2. Segundo a legislação processual penal em vigor, é imprescindível quando se trata de nulidade de ato processual a demonstração do prejuízo sofrido, em consonância com o princípio pas de nullité sans grief, o que não ocorreu na espécie.

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1597699/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROGRESSÃO DE REGIME. NULIDADE DA DECISÃO DO JUÍZO DAS EXECUÇÕES. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO ATACADO. SÚMULA N. 283 DO STJ. NOVO EXAME DO APENADO POR MÉDICO PARTICULAR. SÚMULA N. 7 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A falta de impugnação a fundamento do acórdão recorrido, suficiente para a manutenção do decisum, justifica a aplicação da Súmula n. 283 do STJ.

2. Para afastar a conclusão motivada do acórdão estadual - desnecessidade de realização de novo exame criminológico por médico particular para fins de progressão de regime, porquanto o apenado não registra intercorrência em seu histórico carcerário e os "exames psicossociais realizados intramuros" são favoráveis a ele -, seria necessário o reexame de elementos fáticos e probatórios dos autos, providência inadmissível na via do recurso especial. Súmula n. 7 do STJ.

3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 903.700/MT, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 02/08/2016, DJe 16/08/2016)

Ademais, ainda que se ultrapassasse tal óbice, tenho que a mudança da conclusão alcançada no acórdão impugnado exigiria o reexame das provas, o que é vedado nesta instância extraordinária, uma vez que o Tribunal *a quo* é soberano na análise do acervo fático-probatório dos autos (Súmulas n. 7/STJ e 279/STF).

Nesse sentido:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. ART. 381, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. FUNDAMENTAÇÃO. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Decisão impugnada suficientemente fundamentada, concluindo pela condenação do recorrente. Para rever esse entendimento, demandaria, necessariamente, o revolvimento do acervo fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

2. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 540.924/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe 27/03/2017)

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. CONDENAÇÃO. PROVAS COLHIDAS DURANTE O INQUÉRITO POLICIAL E JUDICIALMENTE. LEGALIDADE. REVERSÃO DO JULGADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA. CONDENAÇÃO. DOSIMETRIA. PENA-BASE. EXASPERAÇÃO. NATUREZA E QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. LIDERANÇA NA ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA IDÔNEA. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO.

1. Reconsiderada a decisão que não conheceu do agravo com fundamento na incidência na súmula 182/STJ.

2. Cabe às instâncias ordinárias fazer um exame do conteúdo fático e probatório a fim de aferir a existência de fundamentos aptos a embasar a condenação. Sendo assim, para rever a conclusão do julgado combatido seria necessária incursão na seara probatória, vedada no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula 7 desta Corte.

3. Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, tendo a condenação se amparado em provas outras, além das colhidas na fase inquisitorial, não há falar em violação do artigo 155 do Código de Processo Penal (AgRg no AREsp 679.993/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 21/05/2015, DJe 29/05/2015).

[...]

5. Agravo regimental provido para conhecer do agravo em recurso especial e negar-lhe provimento. (AgRg no AREsp 610.236/ES, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 02/02/2017)

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. ABSOLVIÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA USO. APLICAÇÃO DA CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA PREVISTA NO ART. 33, § 4º, DA LEI 11.343/06. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. A pretensão do agravante de modificar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias - no sentido de que não há provas acerca da prática do delito em questão, da desclassificação do delito de tráfico para o uso e da aplicação da causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/06 - demandaria reexame de provas, o que é inviável na via do recurso especial, segundo dispõe o enunciado n. 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

2. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 900.716/BA, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 16/08/2016, DJe 26/08/2016.)

Quanto à dosimetria e ao regime inicial, também verifico que é o caso de incidência do óbice sumular referenciado.

Com efeito, a **pena-base** foi exacerbada pelo Tribunal de origem por considerar negativas a **culpabilidade do agente – ocultação do entorpecente em local de difícil acesso, em plantação de melão – e as circunstâncias do delito – quantidade da droga (mais de 100 quilos de maconha) – e-STJ fl. 402.**

Quanto ao **redutor do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006**, a Corte *aquo* afastou com fulcro na quantidade de entorpecentes apreendida e na acusação de plantio e de cultivo de maconha (e-STJ fl. 410).

No que diz respeito ao **regime fechado**, sua fixação deu-se pelo reconhecimento de **circunstâncias judiciais desfavoráveis**.

No apelo extremo, entretanto, a defesa do ora recorrente aduz que a pena-base dever ser mantida no mínimo legal e o redutor deve ser aplicado, ao argumento genérico de que o réu seria primário, sem antecedentes, não se dedicaria a atividades criminosas nem participaria de organização criminosa. E, quanto ao regime inicial, justifica a fixação do semiaberto apenas em virtude do *quantum* de pena aplicado.

Assim sendo, demonstrada inequivocamente a incidência do óbice contido na Súmula n. 283/STF (*"é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"*), mister o não conhecimento do recurso especial.

Ante o exposto, **reconsidero a decisão agravada para conhecer do agravo em recurso especial e não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator